MINISTÉRIO DA ADMINISTRAÇÃO INTERNA

Decreto-Lei n.º 42/95

de 22 de Fevereiro

A construção e a beneficiação dos quartéis de bombeiros constitui objecto de um esforço meritório que vem sendo desenvolvido pelas associações de bombeiros voluntários e que se vem revelando de grande significado na prossecução dos seus objectivos de serviço público.

Reconhecendo-se o mérito e a relevância social destas iniciativas, vêm sendo concedidas participações estatais que viabilizam uma cobertura significativa dos respectivos custos.

A quota remanescente dos encargos é suportada pelas associações, de forma a assegurar a totalidade dos meios financeiros requeridos.

Verifica-se, porém, a existência de um número reduzido de situações em que se verificam desequilíbrios económico-financeiros gerados por dificuldades de cumprimento dos compromissos assumidos pelas associações, o que afecta gravemente o seu funcionamento, bem como o dos respectivos corpos de bombeiros.

A importância de que se revestem o associativismo e o voluntariado dos bombeiros e o papel primordial que é atribuído às câmaras municipais no âmbito da protecção civil justificam uma solução que viabilize a normalização daquelas situações.

Foram ouvidos a Associação Nacional de Municípios Portugueses, o Serviço Nacional de Bombeiros e a Liga dos Bombeiros Portugueses.

Assim:

Nos termos da alínea *a*) do n.º 1 do artigo 201.º da Constituição, o Governo decreta o seguinte:

Artigo 1.º O presente diploma regula o processo de apoio ao crédito para financiamento do serviço de dívida decorrente da incapacidade justificada e comprovada do cumprimento, por associações de bombeiros voluntários, de obrigações advinentes da realização de obras de construção ou beneficiação de quartéis dos seus corpos de bombeiros.

Art. 2.º O apoio referido no artigo anterior é objecto de despacho conjunto dos Ministros da Administração Interna, das Finanças e do Planeamento e da Administração do Território, sob proposta do Serviço Nacional de Bombeiros, ouvida a Liga dos Bombeiros Portugueses, e baseado na apreciação da candidatura apresentada pela associação beneficiária, de que constarão obrigatoriamente os seguintes elementos:

- a*) Relatório descritivo da situação financeira e dos motivos que originaram a incapacidade de cumprimento dos compromissos;
- b*) Parecer da câmara municipal sobre aquele relatório, apreciando o mérito da concessão do apoio pretendido, na perspectiva do interesse do município;
- c*) Orçamentos e contas de gerência dos anos a que se reporta a dívida em apreço, abrangendo pelo menos os três anos imediatamente precedentes.

Art. 3.º A associação mutuária é responsável pelo cumprimento dos encargos financeiros decorrentes da operação de crédito a autorizar.

Art. 4.º A proposta a formular pelo Serviço Nacional de Bombeiros, nos termos do artigo 2.º, deverá

mencionar o limite de empréstimo, o prazo e a forma de utilização, bem como o apoio, se a ele houver lugar, da câmara municipal e do Serviço Nacional de Bombeiros.

Art. 5.º A taxa de juro a aplicar às operações descritas no artigo 1.º será indexada à taxa preferencial variável de curto prazo da Caixa Geral de Depósitos.

Art. 6.º O presente diploma só é aplicável a dívidas decorrentes de obrigações constituídas antes da sua entrada em vigor.

Art. 7.º O presente diploma entra em vigor no dia imediato ao da sua publicação.

Visto e aprovado em Conselho de Ministros de 5 de Janeiro de 1995. — *Aníbal António Cavaco Silva* — *Manuel Dias Loureiro* — *Eduardo de Almeida Castro* — *Luís Francisco Valente de Oliveira*.

Promulgado em 8 de Fevereiro de 1995.

Publique-se.

O Presidente da República, MÁRIO SOARES.

Referendado em 11 de Fevereiro de 1995.

O Primeiro-Ministro, *Aníbal António Cavaco Silva*.

Decreto-Lei n.º 43/95

de 22 de Fevereiro

O acréscimo quantitativo e qualitativo de necessidades gerado pela assunção, por parte da Guarda Nacional Republicana, das atribuições e competências da extinta Guarda Fiscal, através da criação da Brigada Fiscal, torna indispensável a adequação dos quadros de pessoal civil desta força de segurança, definidos no Decreto-Lei n.º 396/89, de 10 de Novembro.

De acordo com a orientação que vem sendo adoptada neste âmbito, entende-se que esta oportunidade deve ser aproveitada para permitir que o quadro de pessoal civil deixe de constar de decreto-lei, passando a revestir a forma de portaria, deste modo se flexibilizando o respectivo processo de alteração.

Assim:

Nos termos da alínea *a*) do n.º 1 do artigo 201.º da Constituição, o Governo decreta o seguinte:

Artigo único. O artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 396/89, de 10 de Novembro, passa a ter a seguinte redacção:

Artigo 2.º

Quadro de pessoal

A Guarda Nacional Republicana dispõe do pessoal constante do quadro de pessoal aprovado por portaria conjunta dos Ministros da Administração Interna e das Finanças.

Visto e aprovado em Conselho de Ministros de 19 de Janeiro de 1995. — *Aníbal António Cavaco Silva* — *Manuel Dias Loureiro* — *Eduardo de Almeida Castro*.

Promulgado em 8 de Fevereiro de 1995.

Publique-se.

O Presidente da República, MÁRIO SOARES.

Referendado em 12 de Fevereiro de 1995.

O Primeiro-Ministro, *Aníbal António Cavaco Silva*.